

Operação Compliance Zero

BRB alinha acordo para receber R\$ 6,6 bi do FGC

Após reunião com o ministro do Supremo Luiz Fux, GDF e governo federal encaminham solução para viabilizar operação de crédito destinada à capitalização do banco. Recursos virão, mesmo sem aval do Tesouro Nacional

» VANILSON OLIVEIRA
» ANA CAROLINA ALVES
» PAULO GONTIJO

Na tentativa de destravar a crise envolvendo a capitalização do Banco de Brasília (BRB), representantes do Governo do Distrito Federal (GDF), da União e da instituição financeira se reuniram, na tarde de ontem, em audiência de conciliação conduzida pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro terminou com a construção de uma proposta, em discussão, que prevê um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), “mediante a garantia de fiança oferecida por um sindicato de bancos e contragarantias oferecidas em receitas do Distrito Federal derivadas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”, como destaca o documento.

O modelo surge em meio às dificuldades do DF em obter garantia federal por conta de sua nota “C” na Capacidade de Pagamento (Capag), classificação usada pelo Tesouro Nacional para autorizar operações de crédito com aval da União. O indicador avalia critérios como endividamento, poupança corrente e liquidez dos entes federativos. “Nós sabemos que o BRB é um banco que, hoje, sustenta toda a estrutura do governo e da população do Distrito Federal. São mais de 10 milhões de correntistas. Na data de hoje (ontem), o BRB sai desse momento tão grave que ele viveu”, declarou a governadora Celina Leão (PP). “Essa capacidade de diálogo é o que realmente importa para a população, tanto para o governo federal quanto para o Governo do Distrito Federal”, afirmou.

O acordo preliminar prevê compromissos por parte do governo local e da União. O DF se comprometeu a adotar medidas de ajuste fiscal, que serão detalhadas no texto definitivo, para assegurar o cumprimento da operação. A União concordou em viabilizar, dentro do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), os limites necessários para que a operação seja executada, e flexibilizar os critérios que envolvem o plano fiscal do GDF que, hoje, limitam a R\$ 900 milhões o crédito que o DF pode tomar atualmente.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, que participou da reunião, destacou a importância do BRB para a população do Distrito Federal. “Estamos todos imbuídos no intuito de fechar um acordo o quanto antes, tanto com a presença do Banco Central, quanto com a AGU (Advocacia-Geral da União), do governo do DF, do BRB e também do Ministério da Fazenda”.

Durigan acrescentou que solicitou a Fux que todo recurso recuperado das fraudes do BRB com o Banco Master, de Daniel Vercaro, — advindos das “investigações que apuram os atos ilícitos, que estão na origem desse problema, que elas prontamente vão ressarcir e recompor os cofres do GDF e do próprio BRB”. Ele completou que é preciso garantir que o interesse público “de um ente da Federação tão importante como o DF seja respeitado”. As partes deverão retornar à mesa de conciliação com uma proposta definitiva em nova audiência marcada para amanhã, às 10h.

Solução momentânea

Professor de economia do Ibmec Brasília, Renan Silva analisou que recorrer ao STF representa uma estratégia emergencial, mas incapaz de solucionar os problemas estruturais do banco. “Do ponto de vista de solidez financeira, o problema do BRB é a capitalização e qualidade do balanço. Judicializar a questão pode gerar algum alívio momentâneo, forçando a União a dar transparência ou reexaminar critérios, mas não resolve a fragilidade subjacente”, afirmou.

Joel Rodrigues/ Agência Brasília



Celina Leão afirmou que o GDF e a União avançaram em acordo para viabilizar solução financeira ao BRB

Entrevista | CELINA LEÃO | Governadora do Distrito Federal

“Vamos virar a página”

» ANA MARIA CAMPOS

Em meio à tentativa de encerrar de vez a crise enfrentada pelo Banco de Brasília (BRB), a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, afirmou, em entrevista exclusiva ao Correio, que o acordo construído entre o Governo do Distrito Federal, a União e instituições do mercado financeiro representa a solução definitiva para a situação do banco. Confira os principais trechos.

Governadora, o que exatamente ficou estabelecido na audiência no STF?

Combinamos de não falar os detalhes do acordo que será homologado amanhã. Mas ele se resume a uma forma de fiança. E isso foi construído junto com o Ministério da Fazenda, com a AGU, com o Governo do Distrito Federal e com os parceiros do mercado financeiro. Não é aval da União, é uma fiança.

Pensando do ponto de vista político, o governo federal está dando uma ajuda ao GDF?

O governo federal teve uma posição institucional de seriedade e temos que reconhecer isso. Realmente trabalhou por essa conciliação e pela institucionalidade, pela preservação dos empregos do BRB. Houve uma posição institucional por parte do governo federal que ultrapassou a barreira política. Então, eu fiquei muito feliz, inclusive no começo da minha fala ao fim da reunião, na conversa com a imprensa, fiz um agradecimento público ao governo federal, aos dois ministros que estavam envolvidos, que é o ministro Dario (Durigan) e o ministro (Jorge) Messias também. E não foi o aval, como nós esperávamos, foi uma fiança que será trabalhada com os bancos privados. Mas com o apoio e a participação do governo federal também.

Esse acordo vai resolver o problema do BRB?

Vai resolver. O problema de liquidez a gente já tinha resolvido. Com este acordo sendo assinado amanhã, aí é só cuidar de atravessar a pista. Ficam só os trâmites jurídicos. Aí vamos virar essa página. O BRB é um banco que passou este momento de dificuldade, mas a partir da audiência de hoje (ontem), de conciliação, ele vira a página e se concentra, agora, naquilo que deveria ter sido sempre em sua vocação, o banco regional e cuidar da população de Brasília.

E o que possibilitou esse acordo?

Colocar os interesses do Distrito Federal acima de qualquer questão ideológica. E isso aconteceu por parte do governo do Distrito Federal e por parte do governo federal também.

E vai dar para entregar as respostas ao Banco Central, divulgar o balanço do BRB?

Quinta-feira (amanhã) com a assinatura do acordo, a gente entrega o próprio acordo ao Banco Central. Aí nós vamos fechar o balanço (do BRB).

A senhora herdou um problemão no BRB. Qual é o seu sentimento ao ver a solução encaminhada?

Sou uma pessoa que acredita muito em milagre, em Deus e na capacidade de pegar problemas graves e de resolvê-los. Mesmo que às vezes soframos preconceito por ser mulher. Alguns subestimam a capacidade de uma mulher. Mas em menos de 50 dias a gente vai apresentar a solução definitiva para o BRB. Eu fiquei muito feliz e muito orgulhosa da minha equipe, da equipe que eu montei, que eu trouxe, do meu novo secretário da Fazenda (Valdivino de Oliveira), que trabalhou assiduamente, da minha procuradora (Diana de Almeida Ramos) que trabalhou muito, do Nelson (de Souza — presidente do BRB).

E o que acontece, agora, com os responsáveis pelo prejuízo causado ao banco?

A gente espera que a parte criminal seja resolvida, que os responsáveis por esse prejuízo, por esses danos ao BRB, sejam punidos. É um desejo nosso, um desejo da população do Distrito Federal que as pessoas que levaram o banco para essa situação sejam punidas. Nós, inclusive, colocamos isso no acordo, para que se trabalhe também com a possibilidade de, no caso da devolução de dinheiro, o BRB ser ressarcido.

Acha que tinha muita gente torcendo contra ?

Algumas pessoas usaram o tema do banco de forma muito irresponsável, mexendo na liquidez do BRB. Então, hoje isso foi superado e é essa mensagem que a gente quer passar para todos os correntistas, todas as pessoas que acreditaram no BRB. O banco vai continuar crescendo aqui regionalmente, como um banco de fomento local, um banco onde estão vinculados todos os nossos programas sociais, um banco que tem 10 milhões de correntistas, um banco que tem contas judiciais de cinco tribunais. Então, eu tenho certeza de que isso é muito importante para a população do Distrito Federal.

Qual é o foco agora?

Cada dia mais a gente vai cuidar da gestão do GDF, melhorando a saúde, com investimento massivo na contratação de médicos, todo esse olhar que a gente já tem com o GDF na sua porta. Com toda a dificuldade que nós tínhamos nessa situação, nunca me afastei do olhar da gestão e do cuidado do dia a dia da cidade. Tenho certeza de que, com esse problema resolvido, nós teremos mais tempo ainda para nos dedicar à gestão, a cuidar das pessoas e mostrar, também, a nossa capacidade de resolver problemas graves como esse.

Na avaliação do economista e doutor em relações internacionais Igor Lucena, a solução em discussão para o BRB representa um uso inadequado de recursos públicos e uma distorção institucional. “Estão tentando resolver um problema que envolve uma descapitalização, e todos sabemos que essa descapitalização foi fruto de uma fraude, utilizando, direta ou indiretamente, recursos públicos da população”, declarou. “O STF, como ente jurisdicional constitucional, não teria que estar fazendo nenhum tipo de mediação. Em segundo plano, estamos trazendo forças de mercado que não deveriam estar entrando, como sindicato de bancos e outros agentes”, disse.

O especialista ponderou que a alternativa pode evitar uma crise maior, mas alertou para os precedentes que, em sua visão, a medida pode criar. “Se você disser que isso seria melhor do que uma quebra sistêmica, eu concordo, mas estamos dando um péssimo sinal de que fraudes no sistema financeiro podem ser recomendadas com ‘jeitinhos”.

Segundo ele, a solução mais adequada seria um aporte formal do GDF com garantias do FGC ou da União, embora reconheça que esse caminho não deve ocorrer.

Dinheiro no caixa

O BRB recebeu, nesta semana, cerca de R\$ 2 bilhões em novos recursos relacionados ao processo de capitalização da instituição. Desse total, R\$ 1,017 bilhão vieram de uma operação de securitização da dívida ativa do Distrito Federal realizada com o BTG Pactual. O restante corresponde à primeira parcela, de aproximadamente R\$ 1 bilhão, paga pela Quadra Capital em uma negociação envolvendo ativos do Banco Master. Segundo o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, o governo aguarda uma segunda parcela da securitização, estimada em R\$ 2,5 bilhões, prevista essa semana.

César Berço, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), enfatizou que os valores reforçam a liquidez do BRB, mas não solucionam, por si só, a questão patrimonial ligada ao índice de Basileia. “O bilhão da Quadra entrou dentro do BRB, está no caixa do banco. O outro bilhão, do BTG, diz respeito à securitização de ativos do GDF e deverá servir para a capitalização prevista no aporte de R\$ 8,8 bilhões”, explicou.

Segundo Berço, embora os recursos deem fôlego ao caixa da instituição, o banco permanece distante do nível de capitalização considerado adequado pelo regulador, o BC. “O banco tem esses recursos disponíveis porque o GDF deixou o dinheiro lá, como se fosse um depósito. Isso ajuda na liquidez, mas não resolve a questão patrimonial”, afirmou.

Nelson convocado

O presidente do BRB, Nelson de Souza, foi convocado para prestar depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na próxima terça-feira. A intimação tem como objetivo esclarecer operações realizadas entre o BRB e o Banco Master, durante a gestão de Paulo Henrique Costa, além de informações sobre os reflexos financeiros e os desdobramentos das investigações conduzidas pela comissão.

A convocação faz parte das apurações conduzidas pelo grupo de trabalho criado com o objetivo de acompanhar as operações envolvendo o Banco Master e seus possíveis impactos financeiros e institucionais.

Anunciada ontem pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros, o colegiado havia aprovado apenas um convite ao dirigente do banco, mas o parlamentar afirmou que optou por converter a medida em convocação após ser informado de que Nelson aguardaria a publicação do balanço financeiro de 2025 da instituição antes de comparecer ao Senado. O pedido foi protocolado pela senadora Damare Alves (Republicanos-DF).